REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 8, n. 3, set.-dez. 2022
Missões

A CONFIANÇA DOS BRASILEIROS NAS ELEIÇÕES

THE CONFIDENCE OF BRAZILIANS IN THE ELECTIONS

LA CONFIANZA DE LOS BRASILEÑOS EN LAS ELECCIONES

Recebido em: 28/07/2022
Aceito em: 14/04/2023

Fábio Hoffman Maciel Silva[1]
Everton Rodrigo Santos[2]

Resumo: A cultura política de uma sociedade tem significativa importância sobre a legitimidade do sistema político e também sobre os rumos do seu regime. O objetivo deste artigo é fazer uma análise quantitativa longitudinal da confiança política e da percepção sobre o processo eleitoral entre os brasileiros. Este trabalho tem, portanto, dois enfoques: verificar o apoio ao regime democrático e em que medida os brasileiros percebem e entendem o processo eleitoral em suas vidas. Os dados utilizados são da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS), a partir das cinco ondas disponíveis para o país. Os resultados evidenciam uma continuidade na queda da confiança nas instituições políticas, aumento da insatisfação com o regime político e uma piora na avaliação sobre o processo eleitoral entre os brasileiros.

Palavras-chave: cultura política; confiança política; percepção eleitoral; ressurgimento autoritário; democracia.

Abstract: The political culture of a society is important for the legitimacy of the political system and also for the course of its regime. The aim of this article is to carry out a quantitative analysis of this longitudinal article on the politics of trust and the perception of the electoral process among Brazilians. This work has, therefore, two approaches: to verify the support for the democratic regime and to what extent Brazilians perceive and understand the electoral process in their lives. The data used are from the World Values Survey - WVS, from the five waves available for the country. The results show a continued decline in confidence in policies, an increase in dissatisfaction with the political regime and a worsening in the assessment of the electoral process among Brazilians.

Keyword: Political Culture; Political Trust; Electoral Perception; Authoritarian Resurgence; Democracy.

Resumen: La cultura política de una sociedad tiene una importancia significativa en la legitimidad del sistema político y también en el curso de su régimen. El objetivo de este artículo es realizar un análisis cuantitativo longitudinal de la confianza política y la percepción del proceso electoral entre los brasileños. Este trabajo tiene, por lo tanto, dos enfoques: verificar el apoyo al régimen democrático y en qué medida los brasileños perciben y comprenden el proceso electoral en sus vidas. Los datos utilizados son de la Encuesta Mundial de Valores (WVS), en base a las cinco ondas disponibles para el país. Los resultados muestran una continuidad en la caída de la confianza en las instituciones políticas, un aumento en la insatisfacción con el régimen político y un empeoramiento en la evaluación del proceso electoral entre los brasileños.
Mais sobre o texto original.

Palabras-chaves: Cultura Política; Confianza Política; Percepción Electoral; Resurgimiento Autoritario; La Democracia**.**

[1] Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), e Bacharel em Ciência Política pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).
[2] É Doutor (2005) e Mestre (1996) em Ciência Política também pela (UFRGS). Professor e Pesquisador na Universidade Feevale no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Diversidade Cultural e Inclusão Social.

INTRODUÇÃO

O nível global de democracia piorou nos últimos anos. O relatório de 2021 do *democracy índex* da The Economist apontou uma continuidade no enfraquecimento das instituições democráticas, com retrocessos ocorrendo nas liberdades e um fortalecimento do autoritarismo. De acordo com o Relatório deste ano do Variedades de Democracia (V-Dem), a onda de autocratização se tornou uma viral, atingindo tanto democracias consolidadas, quanto as da terceira onda. Países na região da América Latina, Europa Oriental, Ásia Central e Ásia Pacífico estão entre os mais prejudicados, mas países da América do Norte, como os Estados Unidos e da Europa central, como Hungria e Polônia igualmente apresentaram retrocessos.

Apesar da controvérsia sobre a existência, de uma onda de autocratização (SKAANING, 2020; TOMINI, 2021) e até mesmo das análises de que em longo prazo é a democracia que prevalecerá (WELZEL, 2021a, 2021b), há boas razões para que um cenário mais pessimista seja levado a sério. Nos Estados Unidos Kaufman e Haggard (2018) identificaram retrocessos democráticos quando analisado os vinte meses após o início da presidência do Republicano Donald Trump. Victor Orbán na Hungria se valeu justamente da pandemia do coronavírus para apertar seu certo autoritário à democracia, enquanto que na Turquia Recep Erdogan vem constrangendo as liberdades civis e políticas. Na Holanda, França e Itália lideranças e movimentos com plataformas da extrema direita viram seu protagonismo aumentar diante da crescente insatisfação em relação a capacidade do regime democrático em ser resoluto a problemas não só locais e nacionais, mas também em relação a questões transnacionais.

Parte considerável das análises que procuram compreender o momento difícil pelo qual as democracias vêm passando, não obstante, deixa de fora o componente cultural. As investigações geralmente desconsideram o papel dos valores, das atitudes e comportamento em relação ao sistema político como um todo. As clivagens étnicas, raciais, identitárias e culturais se somam a questões complexas como imigração, integração, globalização e alta desigualdade econômica e social tornando o papel desempenhado pela democracia ainda mais importante e desafiador. Quando a democracia falha, deixando de atender as expectativas dos cidadãos, a desconfiança política e as insatisfações com o regime e os processos a ele relacionados aumenta.

Em relação ao Brasil, muitas das características apresentadas por países com retrocessos democráticos vêm sendo incorporadas ao campo de análise da política. O quadro de crise econômica, percepção de corrupção generalizada trazida pela Lava Jato e crise

política trouxeram de novo a cena o autoritarismo através da eleição do populista de extrema direita Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Seguindo a cartilha de Steve Bannon (ALEXANDER, 2018) e tendo como modelo o ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, Bolsonaro no Brasil — assim como outros líderes da extrema direita pelo mundo — vem trabalhando para minar a crença no sistema político. As suas participações e a de agentes do governo em atos de movimentos que pedem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) vêm contribuindo incisivamente para a descrença no regime.

Outra ação que vem ganhando sustentação por agentes políticos é a da suspeita na lisura do processo eleitoral. Minar a legitimidade do sistema eleitoral é uma estratégia política tanto da extrema direita, quanto da extrema esquerda, todavia, mais recentemente agentes políticos mais moderados também vêm assimilando tal ação às suas narrativas e incorporando-a ao jogo político. A presente investigação tem dois objetivos: mensurar o apoio social ao regime, sua confiança política, e verificar em que medida, os brasileiros percebem e entendem o processo eleitoral em suas vidas. Em uma democracia inercial (BAQUERO, 2018), não basta apenas que instituições e processos democráticos existam, é preciso, sim, que se saibam quais os principais detonadores dos retrocessos ocorridos, os quais por sua vez geralmente encontram uma cultura de sustentação. Para esta tarefa são utilizados dados de ondas da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS).

O trabalho está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, é tratado sobre os conceitos de apoio e confiança, apontando para a necessidade de se compreender o seu caráter multidimensional; em seguida são apresentados os dados do apoio, da confiança política e da percepção sobre o processo eleitoral entre brasileiros; a seguir, a discussão dos dados é relacionada com os problemas conjunturais e estruturais que a democracia brasileira e outras enfrentam; e, por fim, a conclusão traz os desafios analíticos encontrados e o momento desafiador para a democracia brasileira frente às evidências apresentadas.

APOIO E CONFIANÇA POLÍTICA

Apesar de estabelecida uma arquitetura democrática eleitoral mínima de funcionamento com competição e participação (SCHUMPETER, 2017; DOWNS, 1999), liberdade de expressão, de associação e com acesso a fontes alternativas de informação (DAHL, 2012, 2016), democracias precisam do apoio de seus cidadãos para seu êxito. Por essa razão, um cenário de desconfiança generalizada nas instituições alta insatisfação com o

desempenho democrático contribuem para a diminuição da legitimidade do regime e para uma cultura de descrença ou indiferença.

Moisés (2013) traz o dilema no qual a democracia brasileira tem que conviver, indefinidamente, com um cenário de contínuo descrédito por parte de seus cidadãos ao avaliarem com desconfiança a suas instituições políticas. Se isso acontece, argumenta o pesquisador, as instituições políticas estão prejudicadas em sua capacidade de coordenar a sociedade na busca de cooperação para a resolução dos seus principais problemas.

Dessa forma, uma importante contribuição de Easton (1968) foram seus conceitos de *apoio difuso* e *específico*, o que ampliou a capacidade analítica sobre as bases da legitimidade de um sistema político. Todo sistema, argumentou Easton (1957), deve ser capaz de proporcionar uma base moral sólida, criar as condições para a existência de um sentido de legitimidade, e compartilhar tal crença entre as esferas da comunidade, do regime e do governo.

Segundo Easton (1982), devemos examinar os três tipos de legitimidade presente em um sistema político: ideológica; estrutural; e pessoal. A primeira diz respeito às convicções morais a respeito da validade do regime. A segunda apresenta uma crença na validade da estrutura e das normas do sistema. Já a terceira é representada pela crença na validade das pessoas que desempenham funções de autoridade, de exercer essas tarefas. Enquanto que na primeira estamos frente ao apoio difuso, quando passamos da legitimidade estrutural para a de tipo pessoal é o apoio específico que aparece.

Isso significa que os cidadãos podem perder a confiança nas autoridades, mas não no regime. Essa parece ser a situação de muitas democracias que hoje apresentam índices cada vez mais baixos de confiança nas lideranças políticas ou no funcionamento de certas instituições, mas que mantém índices altos de apoio ao regime democrático. Todavia, se a legitimidade não alcança as autoridades e instituições, é sinal de que as respostas dadas pelo sistema às demandas sociais não estão sento atendidas, ou pelo menos não estão sendo percebidas pelos cidadãos com a atenção que julgam merecer.

Norris (2011) argumenta que não se pode deixar de lado o caráter multidimensional do apoio, e isso significa a existência de pelo menos cinco dimensões: sentimento de identidade e orgulho nacional; adesão ao regime enquanto princípios e valores; avaliação e satisfação com seu desempenho; confiança em suas instituições; e confiança em lideranças políticas. Quanto maior for o apoio em cada uma dessas dimensões, maior será a legitimidade do sistema político.

Claassen (2020a, 2020b), testou um modelo com 135 países ao longo de 29 e 30 anos e encontrou evidências que confirmam a tese de Easton, ou seja, o apoio pode contribuir modestamente para o surgimento democrático, mas é fundamental para a sua sobrevivência. O mesmo resultado fora encontrado por Inglehart (1993), de que o apoio é sempre um bom preditor para a estabilidade e legitimidade democrática. E parte desse apoio deriva da confiança recebida pelo sistema político em suas múltiplas dimensões por parte da sociedade.

PORQUE A CONFIANÇA IMPORTA

Tem crescido o sentimento negativo dos cidadãos em relação ao funcionamento democrático, com crescimento da insatisfação com o desempenho do regime e queda da confiança nas instituições aparecendo como um fenômeno recorrente e sistemático, se tornando uma variável comum em análises comparadas. Confiança, conforme o Dicionário Aurélio (FERREIRA 2004, p. 256), constitui uma "segurança íntima de procedimento" e o ato de confiar, segundo o Dicionário Priberam de Língua Portuguesa é "entregar (alguma coisa) a alguém sem receio de a perder ou de sofrer dano" (PRIBERAM, online).

Na política, no entanto, a confiança apresenta uma complexidade maior. Ela envolve transferir a outra pessoa ou instituição nossas expectativas, receios e sonhos, portanto, envolve outorgar a outrem parte de nosso futuro. Além disso, não há consenso conceitual e teórico a respeito da confiança e, mais especificamente, sobre a confiança política. Quatro matrizes teóricas, não obstante, se destacam entre a temática de abordagem sobre o assunto: a psicológica, econômica, cultural e a institucional.

A abordagem psicológica argumenta que a confiança é adquirida a partir dos primeiros estágios do desenvolvimento humano. Smith (1969) estudou a relação entre o desenvolvimento psicológico da personalidade com diferentes graus de confiança, participação e a presença de traços autoritários nos indivíduos. Para o autor, a existência de grupos sociais de referência é determinante para o desenvolvimento psicológico no próprio grupo de pertencimento. Padrões adquiridos desde os primeiros grupos (família, escola) até grupos sociais mais abrangentes (comunidade étnicas, de trabalho) são importantes, não somente para o desenvolvimento da personalidade, mas também da maior ou menor propensão à confiança, à cooperação, à solidariedade e à reciprocidade, bem como do maior ou menor grau de autoritarismo.

A abordagem econômica ou racional gira em torno da racionalidade dos cidadãos, entendidos como atores, que confiariam mais ou menos de acordo com o desempenho

econômico, ou de acordo com a percepção pragmática de ganhos e perdas envolvendo regime, instituições e a prática direta de suas ações na vida das pessoas (LEVI, 1998; HARDIN, 2002). Na sua teoria geral da confiança, Norris (2021, no prelo) argumenta que há um raciocínio lógico do cidadão, portanto, onde ele perceber que está tendo ganhos práticos com a política governamental ou, numa perspectiva mais difusa, com o regime, ele tende a depositar maior confiança em tais ações, agendas ou governos. O modelo de explicação econômica encontra uma limitação de alcance ao se verificar que a confiança política apresenta declínios tanto em países considerados de alta capacidade de Estado, como o Japão e Estados Unidos, quanto em países de baixa capacidade estatal, assim como em períodos de crescimento econômico parco ou inercial.

A abordagem cultural pode ser encontrada em Banfield (1958) e Almond e Verba (1966), onde estes autores argumentam que atributos importantes, como a confiança, podem ser encontrados na matriz cultural de compartilhamento de valores de uma sociedade. Inglehart (1993) incorporou o ingrediente religioso nessa argumentação. Seu mapa cultural procurou trazer evidências empíricas que atestassem que matrizes protestantes possuíam um maior grau de confiança social quando comparada com matrizes católicas, islâmicas e confucionistas (INGLEHART, 1993; INGLEHART; WELZEL, 2009).

Já a abordagem institucional diz que a questão da confiança está ligada à segurança de procedimento ou ao prévio conhecimento às respostas dadas pelos atores com os quais se interage. A confiança política diria respeito ao funcionamento de regras, normas e estruturas que condicionam o funcionamento das instituições e cujos efeitos recaem sobre o cidadão, "em outras palavras, a confiança política dos cidadãos em instituições dependeria da coerência delas com a sua autojustificação normativa" (MOISÉS, 2013, p. 44).

Qual o caminho a seguir então? Traços como maior ou menor confiança social podem estar ligados aos primeiros estágios de desenvolvimento da personalidade e a capacidade cognitiva de avaliar ganhos e perdas, mas não explica por si só o fenômeno da confiança. Pessoas nascidas em meios sociais de desconfiança podem vir a inclinar-se a reter maior confiança social quando estabelecidas em meios sociais fomentadores de confiança e solidariedade. Pessoas podem vir a confiar mesmo sabendo dos riscos de curto e médio prazo, e é o que ocorre com investidores econômicos em geral.

Por outro lado, esperar que todo cidadão seja capaz de discernir a natureza das premissas normativas institucionais e avaliar se elas estão ou não respondendo a sua missão é uma tarefa demasiada abstrata, para não dizer, ilusória. Parcela significativa da população

brasileira não sabe o *modus operandis* de funcionamento das casas legislativas federais, estaduais e, em muitos casos, nem municipais. Para além da atribuição de legislar, poucos sabem do papel de fiscalização que exercem seus representantes legislativos. O mesmo ocorrendo em relação ao executivo e judiciário.

É preciso atentar para a complexidade do tema e entender que a confiança social e política dos cidadãos podem vir a refletir uma amálgama dessas e de outras matrizes. Compreender que ele poder levar em conta o papel que possui em mente das atribuições institucionais, mas que também a gênese familiar e o meio social de formação e atuação são importantes para configurar o grau de confiança, além dos cálculos de ganhos e perdas que podem realizar significa caminhar para uma abordagem mais ampla, portanto menos engessada as premissas normativas.

DADOS E MÉTODOS

Os dados utilizados são da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey – WVS) que é uma investigação feita através de pesquisas *surveys,* representantes de amostras elaboradas para cada país pesquisado, realizada por uma rede global de cientistas sociais que estudam a mudança nos valores e seus impactos na vida social, política e econômica dos países. Foi iniciada na década de oitenta pelo professor Ronald Inglehart e hoje cobre mais de 90% da população mundial. Seus dados estão disponíveis no endereço: http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp.

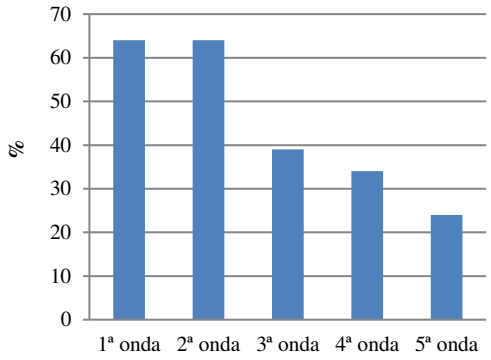
A análise é predominantemente quantitativa longitudinal e se vale de quatro das cinco ondas disponíveis para o Brasil, são elas: 1994–1998 (n. 1.143), 2005–2009 (n. 1.500), 2010–2014 (n. 1.486) e 2017–2020 (n. 1.762). Apenas para o gráfico que aborda a confiança nas eleições a análise é transversal, pois só há dados disponíveis referentes à onda 2017–2020.

Ao todo são dezesseis gráficos, com os quatro primeiros se referindo ao apoio ao regime e os doze seguintes abordando o processo eleitoral, são eles: orgulho de ser brasileiro (1), importância da democracia (2), quão democraticamente o país está sendo governando (3), confiança nas instituições (4), confiança nas eleições (5), voto nas eleições nacionais e locais (6), contagem justa dos votos (7), funcionários eleitorais são justos (8), compra de votos nas eleições (9), influência do dinheiro nas eleições (10), cobertura jornalística justa das eleições (11), noticiários de TV favorecem o partido do governo (12), candidatos de oposição são impedidos de concorrer (13), ameaça aos eleitores na hora de votar (14), existência de

escolhas verdadeiras nas eleições (15) e importância de haver eleições honestas para a vida (16).

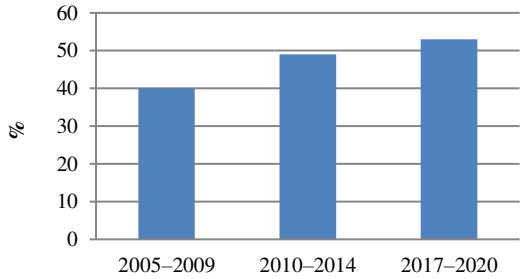
O gráfico 1 abaixo traz um forte declínio no orgulho de ser brasileiro. Enquanto que na primeira onda 64% se diziam orgulhosos de serem brasileiros, na quinta onda apenas 24% o fazem. Já o gráfico 2, na sequência, mostra que o grau de importância da democracia para os brasileiros cresceu nas últimas 3 ondas pesquisadas. Ele foi de 40% na primeira onda, subiu para 49%, na segunda, e atingiu 53% na última onda disponível. Todavia, o paradoxo com o gráfico 3 e 4 é forte. Cresceu entre os brasileiros a percepção de que o país não é governado de forma democrática. Na primeira onda apenas 7% dos cidadãos acreditava que o Brasil era governado de maneira nenhum um pouco democrática, enquanto que na última onda esse índice salta para 36%. Ao mesmo tempo em que os brasileiros dão maior apoio e creditam maior importância a democracia, eles também aumentam a percepção de que o país não é governado de maneira democrática.

GRÁFICO 1
Orgulho de ser brasileiro



Fonte: World Values Survey (ondas 1989–1993, 1994–1998, 2005–2009, 2010–2014 e 2017–2020). Para este gráfico considera-se apenas a resposta "muito orgulhoso".

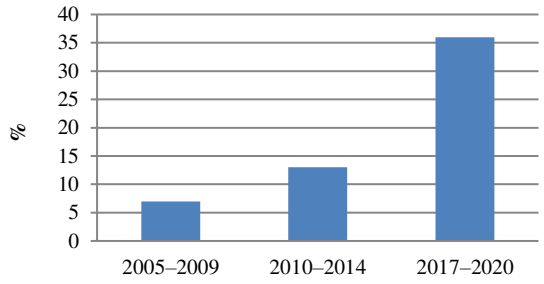
GRÁFICO 2
Importância da democracia (Brasil)



Fonte: World Values Survey (ondas 2005 – 2009, 2010 – 2014 e 2017 – 2020).

Para a construção deste gráfico, numa escala de 1 a 10, onde 1 corresponde a reposta "nada importante" e 10 "totalmente importante", foi considerado apenas a última escala.

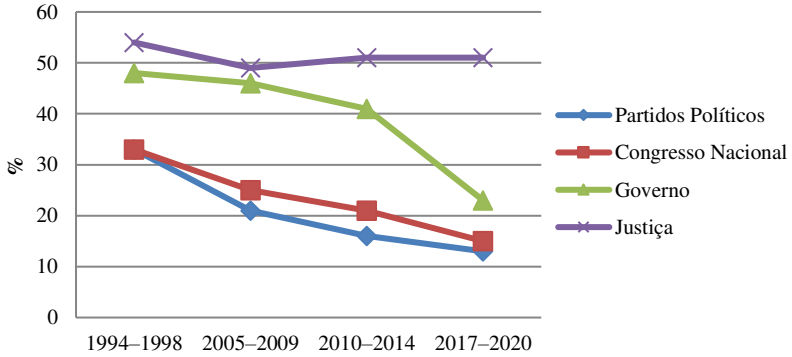
GRÁFICO 3
Quão democraticamente o Brasil está sendo governado – nenhum um pouco democrático



Fonte: World Values Survey (ondas 2005 – 2009, 2010 – 2014 e 2017 – 2020).
Para este gráfico considera-se apenas a resposta "nenhum um pouco democrático".

Já a confiança nas instituições políticas tem declinado consistentemente ao longo das quatro ondas pesquisadas, conforme mostra o gráfico 4 abaixo. Enquanto que na primeira onda, 33% das pessoas confiavam em partidos políticos, na última (2017–2020), esse percentual caiu para 13%. Outras duas quedas importantes dizem respeito ao Congresso Nacional e o Governo, o primeiro apresentava 33% na primeira onda e agora possui 15%, e o segundo detinha 48% de confiança e agora apenas 22%, esta última a queda mais brusca dentre as instituições aqui pesquisadas. A justiça declinou de 54% na primeira onda para 49% na segunda, e logo depois subiu para 51% na terceira onda e manteve os 51% na quarta onda, a maior dentre as instituições deste gráfico. O fato relevante é que duas instituições centrais do modelo liberal de democracia como partidos políticos e parlamento seguem em uma espiral de descrédito por parte da população brasileira.

GRÁFICO 4
Confiança nas Instituições Políticas Brasileiras

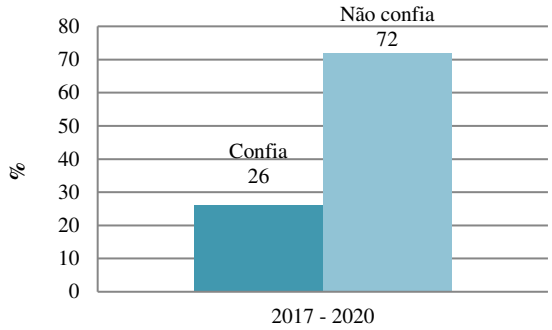


Fonte: Pesquisa Mundial de Valores (ondas 1994–1998, 2005–2009, 2010–2014 e 2017–2020).
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "confia muito" e "confia".

COMO OS BRASILEIROS VEEM O PROCESSO ELEITORAL

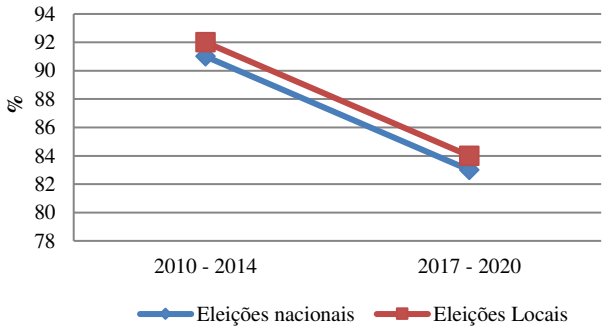
Os gráficos a seguir (5 ao 16) dizem respeito aos aspectos ligados à atitudes e percepções dos brasileiros em relação ao processo eleitoral ~~o processo eleitoral~~. No gráfico 5, que aborda a questão da confiança nas eleições, 72% dizem não confiar, enquanto 26 dizem confiar. Apesar de haver dados apenas para a última onda, impedindo assim comparações ao longo do tempo, os dados mostram que cerca de três quartos desconfiam do processo eleitoral, um cenário de preocupação que acompanha a desconfiança listada acima nas instituições políticas. O gráfico 6 traz os dados daqueles que dizem votar nas eleições nacionais e locais. Na onda 2010–2014, 91% e 92%, respectivamente, dizem votar, mas esses percentuais caem para 83% e 84% na onda 2017–2020. Um resultado que vem ao encontro do que tem sido encontrado nas últimas eleições com um número crescente nas abstenções, cabendo ainda lembrar que o voto no Brasil é obrigatório.

GRÁFICO 5
Confiança nas eleições



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "confia bastante" com "confia" e "não confia" com "não tem nenhuma confiança".

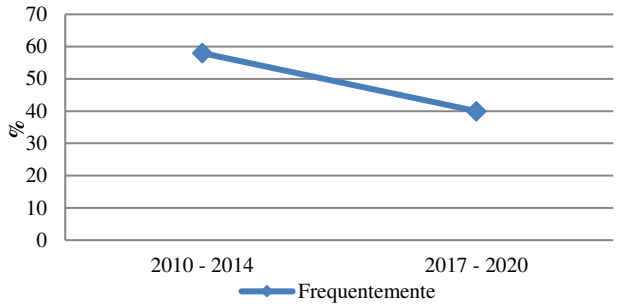
GRÁFICO 6
Sempre vota nas eleições nacionais e locais



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "sempre vota" e "vota usualmente".

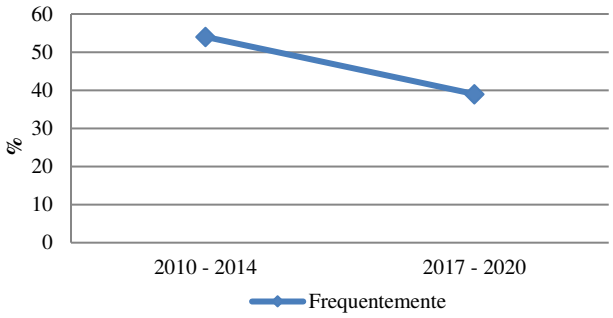
O gráfico 7 e 8 abordam a percepção da contagem justa dos votos e se os funcionários eleitorais são justos. Na primeira onda analisada, 58% diziam que os votos eram contados de forma justa, percentual que cai para 40% na última, uma queda de 18%. Em relação a percepção de que os funcionários eleitorais são justos, eles eram de 54% na primeira e agora apresenta 39%, uma queda de 15%. Essa piora atinge a legitimidade do regime, uma vez que aumentou a parcela da população que desconfiam da contagem dos votos e dos funcionários que trabalham em tal processo.

GRÁFICO 7
Percepção de que os votos são contabilizados de forma justa



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

GRÁFICO 8
Funcionários eleitorais são justos

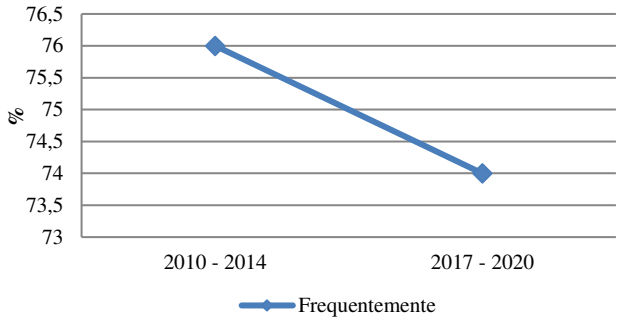


Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

Os gráficos 9 e 10 tratam da percepção dos brasileiros no que diz respeito ao poder do dinheiro nas eleições. Na onda 2010–2014 76% e 74%, respectivamente, diziam que frequentemente havia compra de votos nas eleições e que o dinheiro influenciava no processo eleitoral. Na onda 2017–2020, esses percentuais têm uma leve queda, caindo para 74% e 73%,

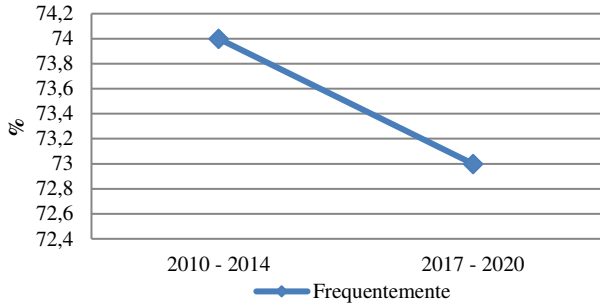
respectivamente, os que dizem que isso ocorre de forma frequente. Apesar da oscilação positiva, ou seja, menos pessoas acreditam que isso ocorre, os dados mostram que cerca de três quartos da população acreditam que tais ações continuam a ocorrer durante o processo eleitoral, um percentual ainda alto.

GRÁFICO 9
Compra de votos nas eleições (eleitores são subornados)



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

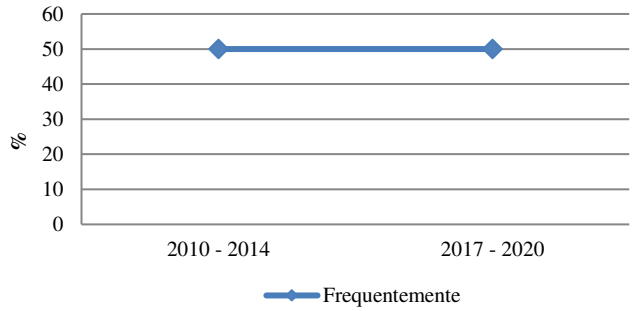
GRÁFICO 10
Influência do dinheiro nas eleições (ricos compram as eleições)



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

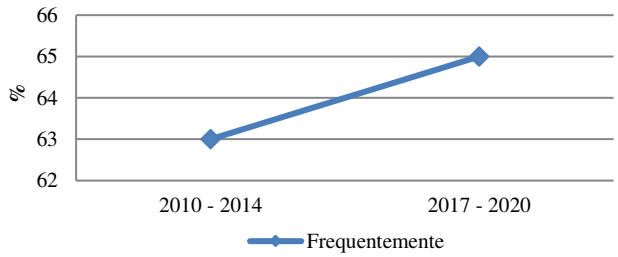
Já os gráficos 11 e 12 tratam da percepção sobre a atuação jornalística e dos veículos de comunicação televisivos. Metade dos brasileiros, ou seja, 50%, dizem que as coberturas jornalísticas são justas durante as eleições nas duas ondas apresentadas. Já a parcela daqueles que acreditam que os noticiários de TV favorecem o partido do governo oscila de 63% na primeira onda (2010–2014) para 65% na última onda (2017–2020). Dois terços dos brasileiros, portanto, creem que a televisão, através de seus noticiários, contribui para fortalecer o partido do governo.

GRÁFICO 11
Cobertura jornalística justa das eleições



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

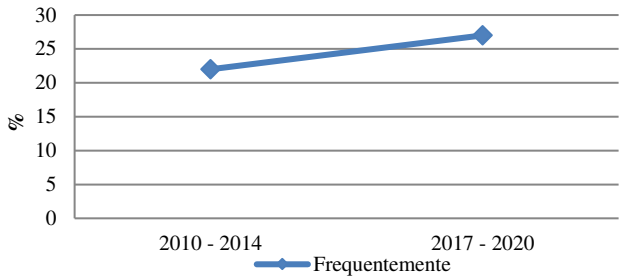
GRÁFICO 12
Frequência com que os noticiários da TV favorecem o partido do governo



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

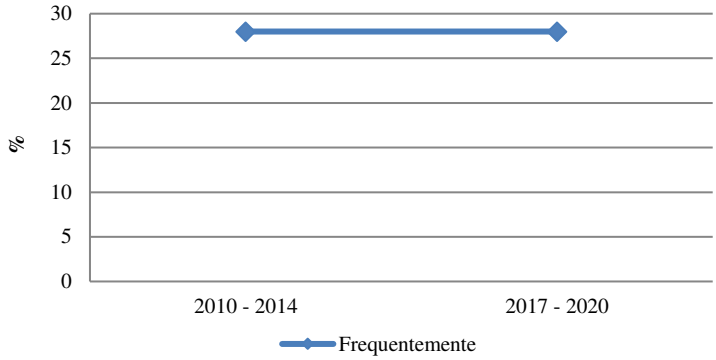
Os gráficos 13 e 14 abordam a percepção dos brasileiros sobre a frequência com que os candidatos de oposição são impedidos de concorrer e se os eleitores são ameaçados na hora de votar. Esta é uma dimensão relacionada à contestação pública e participação livre, dois recursos centrais de operacionalidade na poliarquia de Dahl (2012, 2016). Na primeira onda, 22% dizem que os candidatos de oposição eram impedidos de concorrer, número que sobe para 27% na última onda. Já em relação à ameaças na hora de votar, 28%, tanto na primeira onda quanto na segunda, dizem haver este tipo de constrangimento ao direito político do voto.

GRÁFICO 13
Frequência com que os candidatos de oposição são impedidos de concorrer



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

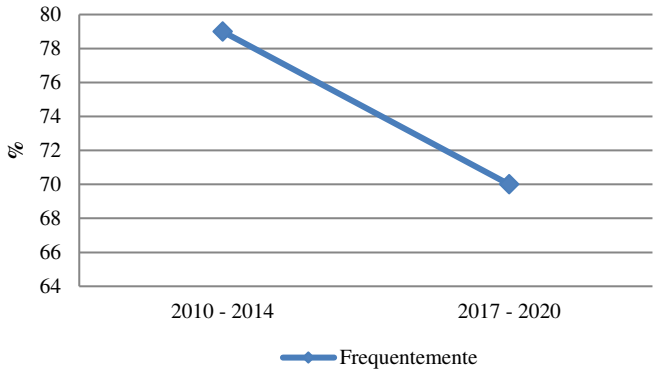
GRÁFICO 14
Eleitores são ameaçados na hora de votar



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

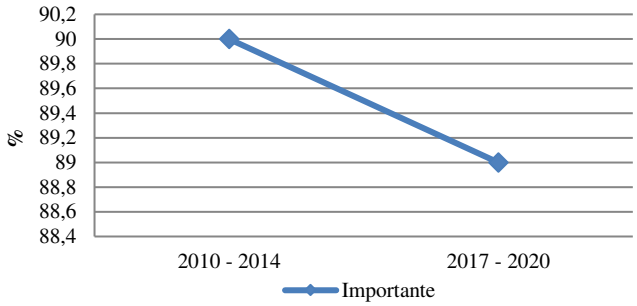
Os dois últimos gráficos abordam a percepção sobre questões mais difusas em relação ao processo eleitoral, se existe escolhas verdadeiras durante as eleições, gráfico 15, e da importância de haver eleições honestas para a vida dos entrevistados, gráfico 16. Enquanto que na onda 2010–2014 79% diziam frequentemente existir escolhas verdadeiras para o voto, na onda 207–2020 esse número cai para 70%. Evidências que sustentam os fatos de que nos últimos pleitos os eleitores tem voltado mais à sua atenção para candidatos com discursos e posicionamentos anti-status quo. Apesar desse cenário, 90% e 89%, respectivamente, na primeira e última onda, dizem que ter eleições honestas faz muita diferença para suas vidas.

GRÁFICO 15
Existência de escolhas verdadeiras nas eleições



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muitas vezes" e "com bastante frequência".

GRÁFICO 16
Importância de ter eleições honestas para a vida



Fonte: World Values Survey ondas 2010-2014 e 2017-2020.
Para a construção do gráfico são somadas as respostas "muito importante" e "importante".

DISCUSSÃO

Entre as duas ondas pesquisadas (2010–2014 e 2017–2020) a percepção dos brasileiros sobre o processo eleitoral mostrou uma piora generalizada. Para além da alta desconfiança sobre o processo eleitoral, hoje eles estão mais céticos sobre haver existência de escolhas verdadeiras nos pleitos, sobre a contagem dos votos ser realizada de forma justa e sobre os funcionários da justiça eleitoral serem justos nas suas funções durante as eleições. Três quartos dos entrevistados acreditam existir compra de votos durante as eleições e que a influência do dinheiro, portanto, é frequente nesse processo.

Também diminuiu as pessoas que dizem votar nas eleições nacionais e regionais, indo ao encontro do que foi visto nos últimos pleitos, tanto presidencial (2018), quanto municipal

(2020), com o aumento na abstenção[3]. Metade dos brasileiros acredita que a cobertura jornalística das eleições é justa e dois terços creem que os noticiários de TV favorecem o candidato do governo. Aumentou entre os brasileiros a percepção de que os candidatos de oposição são impedidos de concorrer e cerca de um terço diz haver constrangimentos na hora de votar. O dado positivo é que 9 em cada 10 brasileiros dizem que é importante que haja eleições honestas para as suas vidas.

Em uma linha histórica marcada por avanços e recuos na cidadania, principalmente em relação aos direitos políticos, o pós-redemocratização (1989–2020) sinaliza o maior período de experiência democrática entre os brasileiros. Como ocorre em outras democracias, todavia, os cidadãos possuem hoje atitudes e percepções mais negativas do que no passado recente quando se trata do funcionamento do regime e do processo eleitoral. O ressurgimento autoritário no Brasil vem acompanhado do aumento no protagonismo de grupos antissistemas que pedem o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal federal. Além de procurarem desacreditar estas e outras instituições, tais grupos vêm minando também a legitimidade do processo eleitoral ao fazer avançar dúvidas sobre a sua lisura.

O encontro dessa piora na avaliação do processo eleitoral entre os brasileiros com a ação estratégica desses grupos vem criando um ambiente desafiador para a democracia brasileira. O mesmo processo de deterioração pode ser encontrado nos Estados Unidos, que sob a presidência do Republicano Donald Trump agiu sistematicamente para corroer a crença nas instituições políticas e no processo eleitoral norte-americano, o que culminou numa parcela considerável da população acreditando que o pleito de 2020 havia sido fraudado, levando grupos a invadirem o Capitólio em janeiro de 2021. O caso brasileiro, todavia, é mais delicado, por dois motivos: a existência de uma cultura política autoritária e um cenário de descrédito generalizado com o sistema político.

O autoritarismo, conforme destacado por Linz (1964), trabalha para limitar o pluralismo e desmobilizar a participação, podendo surgir tanto da crise e do desmoronamento do sistema democrático, quanto da transição do domínio tradicional. No caso brasileiro, se perpetuaram resquícios autoritários na transição do domínio tradicional para o domínio legal (no sentido weberiano) que se cristalizaram na cultura política brasileira, resultando numa cultura extremamente personalista, conforme já destacado por Holanda (1963). Esse

[3] Apesar do número de abstenções ter sido alto no pleito de 2020, muito em razão da pandemia do Coronavírus, os dados mostram que o percentual de não comparecimento vem crescendo desde 1998. Ver mais em: Senado Federal, https://bit.ly/2TCVwoJ, Globo https://glo.bo/3yRXHor, e PoderData https://bit.ly/3pcISrT. Acesso em 02 de julho de 2022.

autoritarismo se vale também, em grande medida, de uma cultura de distanciamento e de suspeita dos brasileiros em relação ao mundo da política e do processo eleitoral do país ao longo de sua tumultuada existência.

Há um ambiente de crescente descrédito em relação ao sistema político brasileiro, com a confiança política caindo consistentemente ao longo do tempo — principalmente aquela ligada às instituições centrais do modelo liberal de democracia, como os partidos políticos e o Congresso Nacional —, a insatisfação com o regime é a mais alta desde o início da redemocratização e a confiança sobre as eleições e a percepção de lisura do processo eleitoral piorou. Um quadro de agravamento como este gerou insumos importantes que contribuíram para o ressurgimento autoritário, mas isso explica pouco sobre as causas gerais quando se olha para um quadro mais abrangente.

A fragilidade do caso brasileiro diante dos dois motivos acima apresentados deve ainda ser analisada sob um guarda chuva conceitual e de evidências mais amplo. Por exemplo, o crescimento da desigualdade econômica global vem sendo apontado como uma das razões para a disfuncionalidade dos sistemas democráticos (MILANOVIC, 2016; PIKETTY, 2014, 2020). De fato, a distribuição desigual dos recursos econômicos agrava a percepção popular de que a democracia diz respeito a um regime que não responde a todos. E somada a essa concentração da renda há ainda as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com uma precarização acelerada que vem aumentando significativamente os desafios para o funcionamento democrático, ou seja, a reconfiguração de distribuição da mão de obra deverá vir a ser um trabalho conjunto entre Estado e regime (SUSSKIND, 2020; ANTUNES, 2020).

A crescente desigualdade econômica e seus impactos na esfera social e política também contribuem para um deslocamento nos valores, atitudes e percepções das pessoas. Segundo Inglehart e Norris (2017), a insegurança existencial econômica e identitária provocaram um *backlash*[4] cultural, ou seja, uma reação ao avanço cultural dos valores ocorrido nas últimas décadas nas sociedades industriais avançadas. Para os autores, os 35 anos de segurança existencial experimentado pelas democracias desenvolvidas trouxeram ganhos excepcionais promovendo a mudança nos valores, algo que agora começa a sofrer uma espécie de refluxo. Ao verificar as razões do aumento no apoio às lideranças autoritárias e populistas, os pesquisadores observaram que os ganhos econômicos ocorridos durante os 35

[4] De acordo com a Cambridge Dictionary, o *backlash* pode ser definido como um forte sentimento entre um grupo de pessoas em reação a uma mudança ou a eventos recentes acontecidos na sociedade e na política. Disponível em: https://bit.ly/3gaYpWk. Aceso em 29 de abril de 2022.

anos chegaram apenas aos do topo, ou seja, os mais ricos, enquanto que a maior parcela da população experimentou uma queda real da renda e um aumento da insegurança em relação ao emprego.

No argumento dos autores, a novidade não está na reação à mudança nos valores, mas no seu crescente protagonismo nos últimos anos. E fatores como renda e desemprego ainda seriam preditores fracos do apoio às lideranças autoritárias e populistas, quando comparados à ansiedade que as mudanças culturais provocaram, erodindo normas sociais e identitária existentes: "a renda tornou-se um indicador muito mais fraco das preferências do público do que questões culturais[5]" (INGLEHART; NORRIS, 2017, p. 448).

De acordo com Norris e Inglehart (2018), o populismo autoritário oriundo dessa reação à mudança nos valores age corroendo a fé nos princípios e práticas da democracia liberal através da promoção de um discurso antissistema, posicionamentos nacionalistas extremados, xenofóbicos, que semeiam a intolerância e provocam a tribalização social. Seu crescimento e sucesso se devem a (1) um aumento na demanda da opinião pública por discursos dessa natureza, (2) estratégias partidárias se adaptam ao contexto de demandas tendo em vista os ganhos em curto prazo, e (3) aos arranjos institucionais que permitem o sucesso de tais estratégias pelas regras do jogo.

Voltando ao caso brasileiro, diferentemente dos países industriais avançados e pós-materialistas por onde vem ocorrendo uma forte reação ao avanço cultural, por aqui as coisas são um pouco diferentes "uma vez que nunca chegamos lá" (CASTRO, 2019), ou seja, nunca chegamos a desenvolver plenamente os valores considerados pós-materialistas, então não há como o caso nacional ser analisado estritamente dentro do quadro conceitual do backlash. A ascensão da extrema direita e o ressurgimento autoritário na práxis política por aqui estão ligados a pelo menos cinco fatores: permanência de uma memória saudosista do período da Ditadura Militar (a); crescente judicialização do campo da política (b); crise econômica, desigualdade social e precarização do trabalho (c); protagonismo de novos grupos sociais (d); e a mudança estrutural ocorrida na circulação da informação (e).

Como argumentou Gallo (2018), a transição tutelada pelos militares foi tão bem sucedida que eles não só impediram punições por crimes cometidos, mas também conseguiram garantir um conjunto de prerrogativas nos governos posteriores que permitiram a construção de uma imagem positiva do período autoritário para a sociedade. Ao olhar para a

[5] Na citação original: "Income became a much weaker indicator of the public's political preferences than cultural issues". Tradução livre do autor.

história pode-se entender as razões da existência de uma memória saudosista — ou até mesmo nostálgica (BITTENCOURT, 2020) — por parte da sociedade em relação aos militares, uma vez que desde a constituição e institucionalização das forças armadas eles sempre buscaram não só tutelar os regimes políticos, mas também moldar seus processos, nunca deixando de ter, portanto, seu próprio projeto de nação (SANTOS, 2010; CARVALHO, 2019).

O ponto seguinte é o da crescente judicialização do campo da política (RIBEIRO; ARGUELHES, 2019; VIANNA, 2014). Desde a constituição de 1988 tem ocorrido provocações para interferência de atores judiciais na esfera da política, além de um fortalecimento das instituições de investigação e controle como a polícia federal e os ministérios públicos (federal e estadual). Embora o fortalecimento dos mecanismos de checagens e contra-balanços do poder seja importante, o ativismo político de juízes e procuradores, materializado nas operações da Lava Jato com suas transgressões ao ordenamento jurídico, mostrou-se determinante para o quadro de descrença generalizada no sistema político revelando uma outra faceta do autoritarismo brasileiro (SANTOS, CASTRO; HOFFMANN, 2021).

Outro ponto importante é a crise econômica global de 2008, que retardou sua chegada ao Brasil, mas ao ganhar corpo não só desacelerou o crescimento do Produto Interno Bruto[6] (PIB) nos anos subsequentes, como alcançou dígitos negativos a partir do segundo trimestre de 2014, com quedas de -5,52% e -5,14% no quarto trimestre de 2015 e primeiro trimestre de 2016, respectivamente. O PIB brasileiro só voltou a apresentar resultados positivos no primeiro trimestre de 2017, deixando um rastro de abrupta perda de renda de uma classe média que havia experimentado padrões mais altos de consumo nos governos precedentes.

É preciso reforçar que no caso brasileiro a desigualdade econômica está intrinsecamente ligada à desigualdade social, uma vez que o acesso desigual aos recursos econômicos inviabiliza a cidadania, dificultando — ou mesmo impedindo —, o acesso aos recursos oriundos dos direitos civis, sociais e políticos (institucionais). Os governos progressistas do pós-redemocratização procuraram desenvolver políticas que resolvessem, ou mesmo mitigassem, o problema histórico da desigualdade no Brasil, embora com um sucesso relativo e contestado. Como apontou Souza (2018), quando se olha para o topo, a concentração de renda no Brasil manteve seu caráter de inércia ao longo do tempo.

Os dois últimos pontos dizem respeito ao protagonismo de novos grupos sociais com poder de exercer pressão sobre as decisões do Governo e as mudanças ocorridas na

[6] IpeaData. Disponível em: https://bit.ly/2RMZsma. Acesso em: 02 de julho de 2022.

comunicação nos últimos anos. Grupos com ideologias conservadoras (evangélicos[7]), críticos aos direitos humanos (policiais militares) e reacionários e autoritários (caminhoneiros) formaram a linha de frente de apoio ao populismo autoritário. Todo o cenário relatado nestes pontos ganhou amplitude com o protagonismo das novas redes sociais digitais, que funcionam como uma caixa de ressonância, canalizando insatisfações, aspirações e demandas sociais, bem como também potencializam comportamentos vaidosos, impulsivos, desordenados, raivosos, provocadores e polarizadores, favorecendo a quebra de hierarquia e corroendo o consenso "poliárquico", ou seja, formam uma nova arena de combate na qual o autoritarismo populista tem se saído bem.

O quadro histórico brasileiro de distanciamento social e suspeita em relação à política acabou sendo dinamizado no cenário descrito acima, reforçando a cultura de desconfiança dos brasileiros em relação ao sistema político. O ressurgimento autoritário brasileiro, portanto, se valeu deste quadro e reacendeu pautas morais (bons costumes e o combate à corrupção), adicionando à construção da sua narrativa componente identitários, raciais, de classe, e orientando-se por uma ideologia de fundo anti-iluminista, reativando (ainda) fantasmas historicamente associados ao imaginário do brasileiro, como o socialismo e o comunismo. Sua tática de ação política se vale de fazer progredir a execração dos adversários políticos, fazer avançar sobre o regime e os processos a ele relacionados à desconfiança. Esta é uma das razões pelas quais o processo eleitoral brasileiro vem se tornando o alvo central desse grupo político, com a semeadura da suspeita no meio social a respeito da lisura das eleições sob o uso das urnas eletrônicas.

Com base nos dados apresentados pode-se afirmar que o campo de ação para este tipo de estratégia política foi ampliado, ou seja, há menor confiança política hoje do que no passado recente, a insatisfação com o regime é generalizada e, de um modo geral, a percepção do brasileiro sobre o processo eleitoral de seu país piorou. O cenário econômico voltou a se agravar com a Pandemia do Coronavírus, a precarização do trabalho marcha aceleradamente e a inflação consome o poder de compra dos mais pobres com os itens básicos da alimentação puxando a dianteira. Ou a democracia brasileira oferece respostas viáveis a estes e outros problemas, ou continuará a presenciar a erosão das suas normas de funcionamento, podendo vir a enfrentar nos pleitos vindouros impasses existenciais. Pois, embora a musculatura institucional venha resistindo a estes ataques, as evidências trazidas por esta pesquisa apontam

[7] Não se pode esquecer o episódio [simbólico] de pertencimento a este grupo ocorrido através do batismo de Jair Bolsonaro nas águas do rio Jordão.

que por trás dela há uma cultura que sustenta tais ações e por onde parte expressiva da sociedade parece avalizar ofensivas mais ousadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O clima democrático global piorou nos últimos anos. A diminuição das liberdades civis, as restrições políticas na participação, organização e competição, os ataques e constrangimentos sistemáticos aos veículos de informação independentes e à academia, são práticas que voltaram com intensidade em muitas democracias, tanto aquelas consideradas longevas quanto em regimes que se democratizaram durante a terceira onda. Enquanto diversas agendas de pesquisa vêm procurando explicar as razões para essa mudança de trajetória, os alcances nem sempre são satisfatórios, muito em razão das limitações teóricas e metodológicas diante da complexidade do tema.

Os limites enfrentados por essa pesquisa se encontram principalmente na pouca disponibilidade de dados referentes à percepção do processo eleitoral, pois se têm disponíveis apenas informações referentes a duas ondas (2010–2014 e 2017–2020). Isso implica que a queda generalizada em muitas das dimensões aqui analisadas podem ser maiores caso fosse possível uma comparação ao intervalo de um tempo maior. O outro ponto é que a literatura internacional que investiga o (re)surgimento do populismo autoritário enfatiza demasiadamente fatores materiais conjunturais, enquanto que o caminho aqui seguido foi o de revelar a permanência não só de uma cultura de afastamento e de desconfiança dos cidadãos em relação ao campo da política, mas principalmente em relação ao processo de escolhas dos representantes políticos.

A presente pesquisa ressalta que os valores, as atitudes e percepções da população têm significativa importância para entender que a trajetória de mudança na democracia geralmente vem ancorada sob uma cultura política que a sustente. Por essa razão o apoio social ao regime e a confiança política são centrais para essa análise, bem como compreender como os cidadãos entendem e percebem nas suas vidas os processos políticos e eleitorais. A escolha do caso brasileiro refletiu sua condição de promotor do populismo autoritário nos últimos anos e a ação sistemática deste em desacreditar o próprio sistema [democrático] que o fez ascender.

O ressurgimento da cultura autoritária brasileira na práxis política do país só foi possível em razão da existência de um ambiente de crescente desconfiança política e insatisfação com os resultados apresentados pelo regime. Além dos recuos nas dimensões participativa, igualitária e liberal do regime, agora o populismo autoritário de extrema direita

vêm explorando a dimensão eleitoral, se valendo para isso do quadro de agravamento na percepção eleitoral entre os brasileiros, ao mesmo tempo em que atua para reforçar tal descrença.

As evidências trazidas por esta e outras pesquisas que a precederam sinalizam que as preocupações com os rumos do regime democrático brasileiro são reais e devem ser levadas a sério. As instituições seguem sob constante ataque: adversários de oposição são alvos de enquadramentos em leis remanescentes do período autoritário, simpatizantes de partidos de oposição vêm sendo constrangidos por órgãos legais do aparato estatal, a academia, veículos de imprensa e jornalistas são alvos de ataques coordenados, tanto na internet quanto fisicamente, movimentos antissistemas avançam com o apoio, inclusive, de agentes do próprio governo.

As ações coordenadas que vêm lançando dúvidas sobre a lisura do processo eleitoral brasileiro avançam sob um quadro de crescente ceticismo em relação a capacidade do regime de entregar respostas satisfatórias para a resolução de problemas que se avolumam. É preocupante que três quartos dos brasileiros não confiem no processo eleitoral de seu país. Embora o risco de ruptura do regime seja baixo, sua degradação é evidente e tem a seu favor uma cultura política permissiva com tais ações. Nesse caso, pequenas e repetidas transgressões antidemocráticas deveriam preocupar mais que uma tomada abrupta do poder.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Vociferando contra o iluminismo: a ideologia de Steve Bannon. **Sociologia & Antropologia**, v. 8, n. 3, p. 1009-1023, 2018.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1966.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços da era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BAQUERO, Marcello. **Democracia Inercial**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.

BANFIELD, Edward C. **The Moral Basis of a Backward Society**. Glencoe: The Free Press, 1958.

BITTENCOURT, Marielli. **A "Nostalgia da Ditadura" e as eleições de 2018 no Brasil**: uma proposta de explicação. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **Democracy versus People**: do Changing Values Challenge Democracy?. 2019.

CATTERBERG, G; MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research,** Oxford, vol. 18, n. 1, p. 31-48, 2006.

CLAASSEN, Christopher. Does public support help democracy survive? **American Journal of Political Science**, v. 64, n.1, p. 118-134, 2020a.

CLAASSEN, Christopher. In the mood for democracy? democratic support as thermostatic opinion. **American Political Science Review**, v. 114, n.1, p. 36-53, 2020b.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: Edusp, 2012.

CLAASSEN, Christopher. **Sobre a democracia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2016.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EASTON, David. An approach to the analysis of political systems. **World Politics**, v. 9, n. 3, p. 383-400, 1957.

EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

EASTON, David. A crença na legitimidade. *In*: **Curso de introdução à Ciência Política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yasha. The danger deconsolidation: the democratic disconnect. **Journal of Democracy**, vol. 27, n. 3, pp. 05-17, 2016.

GALLO, Carlos Artur. **Um acerto de contas com o passado**: crimes da ditadura, "leis de impunidade" e decisões das supremas Cortes no Brasil e na Argentina. Curitiba: Appris, 2018.

HARDIN, Russel. The crippled epistemology of extremism. *In*: BRETON, A.; GALEOTTI, G.; SALMON, P.; WINTROBE, R. (Eds.). **Political extremism and rationality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

INGLEHART, Ronald. The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. **American Political Science Review**, v. 65, n. 4, 991-1017, 1971.

INGLEHART, Ronald. Democratização em perspectiva global. **Opinião Pública**, v.1, n. 1, p. 9-67, 1993.

INGLEHART, Ronald. Cultura e democracia. *In*: HARRISON, Lawrence E.; HUNTINGTON, Samuel P. (Orgs.). **A Cultura importa**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. Trump and the populist authoritarian parties: the silent revolution in reverse. **Perspectives on Politics**, v. 15, n. 2, p. 443-454, 2017.

KAUFMAN, Robert R.; HAGGARD, Stephan. Democratic decline in the United States: what can learn from middle-income backsliding? **Perspectives on Politics**, v. 17, n. 2, p. 417-432. DOI: https://doi.org/10.1017/S1537592718003377, 2018.

LEVI, Margaret. Conscription: the price of citizenship. *In*: LEVI, M.; ROSENTAL, J.; WEINGAST, B. R. **Analytic narratives**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

LINZ, Juan. An authoritarian regime: the case of spain. In: ALLARDIT, E.; LITTUNEN, Y. (orgs.). **Cleavages, ideologies, and party systems**: contributions to comparative political sociology. Helsinki: The Academic Bookstore, 1964, p. 291-341.

MARKOFF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presents e perspectivas futures. **Sociologias**, ano 15, n. 32, p. 18-50, 2013.

MILANOVIC, Branko. **Global inequality**: a new approach for the age of globalization. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 2016.

MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. Opinião Pública, Campinas, vol. XI, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO Raquel (Orgs). **A Desconfiança Política e Seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa. Confiance in public institutions. *In*. PHARR, S.; PUTNAM, R. (eds). **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

NORRIS, Pippa. The Growth of critical citizens?. *In*: Norris, P. (ed.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. New York: Oxford University, 1999.

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **The cultural backlash**: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism. New York: Cambrige University Press, 2018.

PHARR, Susan J.; PUTNAM, Robert D.; DALTON, Russell J. **A quarter-century of declining confiance**. Journal of Democracy, vol. 11, n. 2, p. 5-25, 2000.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, Thomas. **Capital e ideologia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

SANTOS, Everton Rodrigo. **Poder e dominação no Brasil**: a Escola Superior de Guerra (1974–1989). Porto Alegre: Sulina; Novo Hamburgo: Feevale, 2010.

SANTOS, Everton R., CASTRO, Henrique e HOFFMANN, Fábio. A Democracia Brasileira e Seus Inimigos. **Revista Katáysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 127-138, 2021.

SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, socialismo e democracia. São Paulo: Unesp, 2017.

SKAANING, Svend-Erik. Waves of autocratization and democratization: a critical note on conceptualization and measurement. **Democratization**, DOI: https://doi.org/10.1080/13510347.2020.1799194, 2020.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Uma história de desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926–3013). São Paulo: Hucitec, 2018.

SUSSKIND, Daniel. **Um mundo sem trabalho**: como responder ao avanço da tecnologia. Porto: Ideias de Ler, 2020.

TOMINI, Luca. Don't think of a wave! A research note about the current autocratization debate. **Democratization**, DOI: https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1874933, 2021.

WELZEL, Christian. Why the future is democratic. **Journal of Democracy**, v. 32, n. 2, p. 132-144, 2021. DOI: https://doi.org/10.1353/jod.2021.0024.

WELZEL, Christian. Democratic Horizons: what values changes reveals about the future of democracy. **Democratization**, v. DOI: https://doi.org/10.1080/13510347.2021.1883001, 2021.

World Values Survey (WVS). Disponível em: http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp. Acesso em: 02 maio de 2022.